

Publicação no "Jornal de Ibiá" Ed 003 - 14/06/02 a 15/07/02



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves, 663 - Telefax: (34) 3631-1354 - E-mail: pmi@ibiamg.com.br - CEP 38950-000 - IBIÁ - MG

## **LEI Nº 1675 DE 08 DE MARÇO DE 2002**

### **"Institui o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Ibiá"**

A Câmara Municipal de Ibiá, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Ibiá o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, nos termos e condições previstos nesta Lei.

**Art. 2º** - Poderá requerer sua inscrição junto ao PDV o servidor público municipal, estável ou não estável, ocupante de cargo de provimento efetivo ou detentor de função pública da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

**Parágrafo Único** - O disposto neste artigo não se aplica ao servidor sob o regime de trabalho temporário, na forma da Lei.

**Art. 3º** - É vedada a inclusão no PDV de servidor que:

**I** - estiver em acúmulo ilegal de cargo, emprego ou função pública;

**II** - contar com tempo de serviço suficiente para requerer aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais.

**Art. 4º** - Em caso de acumulação lícita de cargo, função ou emprego público, o servidor poderá requerer sua inclusão no PDV, em um ou mais cargos ou funções exercidas.

**Parágrafo Único** - Caso tenha sido requerida a inclusão em mais de um cargo ou função, os requerimentos serão processados e analisados em separado, não se estabelecendo vínculo entre cada uma das indenizações auferidas.

**Art. 5º** - O servidor em gozo de licença pode requerer sua inclusão no PDV.

§ 1º - Requerida a inclusão, fica imediatamente revogada a licença concedida ao servidor.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves, 663 - Telefax: (34) 3631-1354 - E-mail: pmi@ibiamg.com.br - CEP 38950-000 - IBIÁ - MG

§ 2º - Estando a servidora em gozo da licença prevista no art. 7º, XVIII, da Constituição Federal, o prazo a ela correspondente será computado para fins de cálculo das parcelas indenizatórias.

**Art. 6º** - O servidor que tiver deferida sua inclusão no PDV, fará jus à compensação indenizatória, nos seguintes termos:

I - liberação do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescido da indenização de 40% (quarenta por cento).

II - pagamento de férias vencidas e não gozadas, acrescidas da parcela prevista no art. 7º, XVIII, da Constituição Federal;

III - pagamento de gratificação natalina proporcional ao número de meses decorridos desde o início do ano até a data do desligamento;

IV - indenização, correspondente a 50% (cinquenta por cento) de sua última remuneração mensal, por ano de serviço prestado ao Município.

**Parágrafo Único** - Equipara-se ao ano integral, para fins do disposto no inciso I deste artigo, a fração igual ou superior a 06 (seis) meses de efetivo exercício, no serviço público do Município.

**Art. 7º** - O requerimento de inclusão no PDV será protocolizado pelo servidor interessado, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ibiá.

**Art. 8º** - O requerimento para inclusão no PDV será analisado por comissão especial composta de 05 (cinco) membros, designada pelo Prefeito Municipal.

**Parágrafo Único** - A comissão emitirá seu parecer no prazo de quinze dias, contados do recebimento dos autos, submetendo-o à apreciação dos Secretários Municipais da Administração e da Fazenda.

**Art. 9º** - A decisão final sobre o requerimento do servidor será dada pelo Secretário Municipal da Administração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do parecer da Comissão mencionada no caput do artigo anterior.

**Parágrafo Único** - A decisão sobre o deferimento do pedido de adesão ao PDV é de caráter irrecorrível e discricionária.

**Art. 10** - Na decisão sobre o deferimento do pedido do servidor serão observadas:

I - a garantia de que a execução das atividades e dos serviços públicos envolvidos, não sejam afetados;

II - a possibilidade jurídica do pedido;

III - a existência de recursos financeiros disponíveis;

IV - outras razões de interesse público.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIA**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Tancredo Neves, 663 - Telefax: (34) 3631-1354 - E-mail: pmi@ibiamg.com.br - CEP 38950-000 - IBIÁ - MG

**Parágrafo Único** – O servidor deve aguardar em exercício a decisão sobre sua inclusão no PDV, na forma do requerimento.

**Art. 11** – O pagamento das parcelas referentes ao valor apurado da indenização de que trata esta Lei será realizado em 06 (seis) parcelas mensais e consecutivas.

**Parágrafo Único** – Se o servidor incluído no PDV tiver desconto de pensão alimentícia em folha, o Município, durante o período de pagamento das parcelas referentes à indenização, fará a reserva do numerário respectivo destinando os valores ao credor ou depositará em juízo os valores, observada a proporcionalidade entre a pensão e a remuneração mensal.

**Art. 12** – O Servidor beneficiado pelo PDV que retornar ao Serviço Público Municipal, para exercício de cargo, emprego ou função de natureza permanente, não poderá computar o tempo de serviço indenizado na forma desta Lei, para fins de percepção de adicionais.

**Art. 13** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e tem validade por 90 (noventa) dias.

**Art. 14** – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibiá, em 08 de Março de 2002.

  
Hugo França  
PREFEITO MUNICIPAL